

**PROJETO DE LEI Nº 008/2015**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**ASSUNTO: REGULAMENTA A CONCESSÃO  
DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO  
DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO  
PARECIS, MT.**

**PARECER:**

1. O projeto de Lei nº 008/2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, regulamenta a concessão de benefícios eventuais, no âmbito do Município, assegurados pelo art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 07/12/1993(LOAS).

2. A justificativa da pretensão se encontra estampada na Mensagem nº 009/2015, que encaminhou o Projeto(fls. 01/03).

3. As ações e os programas de assistência social foram previstos na CF como de competência comum da União, Estados e dos Municípios financiados com recursos do orçamento da seguridade social, cabendo à esfera federal o papel de coordenação e de edição das normas gerais. É o que se extrai da leitura dos arts. 23, II e X; 195 e 204, I da CF.

Sob essas diretrizes é que se estrutura a Lei Federal nº 8.742/1993(LOAS) sendo que, **no que interessa ao presente**

**projeto**, a União é responsável pelo pagamento dos benefícios de prestação continuada, devendo apenas prestar apoio financeiro às demais ações assistenciais, **que ficam à cargo dos estados e dos Municípios, como é o caso, consoante dispõe os arts. 15 e 22 da LOAS, verbis:**

**"Art. 15. Compete aos Municípios:**

**I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)**

**II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;**

**III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;**

**IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;**

**V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.**

**VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)**

**VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)."**



**“Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)**

**§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)**

**§ 2º O CNAJ, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 (três) esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)**

**§ 3º Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e nº 10.458, de 14 de maio de 2002. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)**

É cediço que os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social(SUAS). Previstos desde 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social(LOAS), se inscrevem no rol de provisão procedente da gestão municipal e estadual da política de assistência social, cuja responsabilidade de sua regulação ficaram a cargo dos respectivos conselhos.

É sabido que a concessão de benefícios eventuais(auxílio-natalidade e auxílio-funeral), depois de 1993, os quais,

na divisão de responsabilidades – conforme preconiza a própria CF - , pertenceriam às esferas municipais, estaduais e do Distrito Federal o que permanece sem regulação na maioria dos Municípios até os dias atuais, **como é o caso de Campo Novo do Parecis, MT.**

4. O art. 16 da LOAS determina que, em âmbito municipal, **a instância deliberativa do sistema de assistência social é o Conselho Municipal de Assistência Social** , sendo que tal disposição decorre do caráter participativo e descentralizado que obrigatoriamente deve ser conferido às ações nesse campo de atuação.

**“Art. 16. As instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:  
(Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)**

**I - o Conselho Nacional de Assistência Social;**

**II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;**

**III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;**

**IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.**

**Parágrafo único. Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).”**

Todavia, pela leitura do art. 32, §, do projeto, o Conselho Municipal de Assistência Social, ao invés de exercer função



deliberativa irá tão somente receber mensalmente a prestação de contas relativas aos benefícios eventuais já concedidos anteriormente, para acompanhamento.

5. Também é necessário destacar que a criação de benefícios eventuais na forma do art. 22 da LOAS, se trata de criação de despesa de caráter continuado, **devendo seus valores estarem previstos na Lei Orçamentária Anual do Município com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social**, consoante dispõe o § 1º, do art. 22, da LOAS, e, ainda, **obedecer as disposições da LC nº 101/2000(LRF), especialmente seus arts. 16 e 17**, verbis:

“Lei Federal nº 8742/1993(LOAS).

Art. 22.....

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).”

“Lei Complementar nº 101/2000(LRF).

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

**II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.**

**§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:**

**I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;**

**II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.**

**§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.**

**§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.**

**§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:**

**I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;**

**II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.**

#### **Subseção I**

**Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**



**Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

**§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.**

**§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.**

**§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.**

**§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.**

**§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.**

**§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.**

**§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.**

6. Por todo o exposto, entendo que a proposição em análise é constitucional e legal, podendo ser levado a plenário após as formalidades de praxe, posto ser possível e necessário que o Município crie os benefícios colimados em decorrência do art. 22 da Lei Complementar nº 8742/1993(LOAS).

Todavia, entendo que deve ocorrer o estabelecimento de parâmetros para a sua regulamentação, que deve ocorrer, nos termos do art. 16, IV, da LOAS, **mediante deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.**

Por último, verifico que o projeto não veio acompanhando **da estimativa do impacto orçamentário e da declaração** de que as despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias específicas que são suficientes às necessidades de empenho para o exercício corrente e para 2016 e 2017, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com ação governamental e com a LDO.

É o parecer, s.m.j.

Campo Novo do Parecis, MT, 31 de março de

2.015.



**Milton do Prado Gunthen**

**Advogado OAB/MT 3.976**

**Assessor Jurídico**